

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E O LUGAR DA INFÂNCIA NEGRA

AFRO-BRAZILIAN LITERATURE AND THE PLACE OF BLACK CHILDHOOD

Daniel Fraçoli Yago

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)danielyago@gmail.com

Denise Barrozo de Paula

Graduada em Psicologia pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul
(USCS)denisebdp@hotmail.com

37

Resumo: as raízes da história ocidental diferenciavam aqueles que desviavam dos ideais europeus como inimigos, depravados, desumanos e incivilizados. Tal pensamento arraigou as produções artísticas e a literatura infanto-juvenil com estereótipos que constantemente inundam o imaginário coletivo. Ao contrário de repetir de estigmas racistas das literaturas dos séculos passados, o movimento negro tem como objetivo reforçar a importância da *escrivência* e da literatura afro-brasileira, com o objetivo de trazer representações mais honestas e potentes, de forma a ir na direção oposta à dita proliferação, na qual a literatura foi influenciada pelos ideais normativos de branquitude. Tendo isso em vista, neste artigo objetiva-se desenvolver, inicialmente, um breve histórico da racialização das diferenças corporais para, em seguida, pensar nos lugares da literatura afro-brasileira para a infância negra. Quanto a nossa metodologia, fizemos nosso levantamento bibliográfico a partir dos principais escritos divulgados em torno dos descritores “infância negra”, “infância” e “negritude”, com particular atenção às obras literárias, que foram selecionadas por conta de sua relevância social.

Palavras-chave: Literatura Afro-brasileira. Infância. Negritude.

Abstract: The roots of Western history distinguished those who deviated from European ideals as enemies, depraved, inhuman and uncivilized. Such thinking rooted artistic Productions and children’s literature with stereotypes that constantly flood the collective imagination. Contrary to repeating racist stigmas of past centuries literatures, the black movement aims to reinforce the importance of *escrivência* and Afro-Brazilian literature, with the goal of bringing more honest and powerful representations, in order to reverse this proliferation, in which the literature was influenced by normative ideals of whiteness. With this in mind, this article aims to develop, initially, a brief history of the racialization of bodily differences, and then to think about the places of Afro-Brazilian literatura for black childhood. As for our methodology, we built our bibliographic survey based on the main writings published around the descriptors “black childhood”, “childhood” and “blackness”, with particular attention to literary works, which were selected because of their social relevance.

Keywords: Afro-Brazilian Literature. Childhood. Blackness

Considerações iniciais

A discussão sobre o Outro ao longo da história já rendeu diversos termos e classificações. Constam nas raízes da história do pensamento europeu um ímpeto classificador que considerava as figuras sociais que fugiam de seu ideal como inimigas, depravadas, desumanas e incivilizadas. O termo “bárbaro”, por exemplo, era utilizado pelos romanos para fazer referência aos povos germânicos que não habitavam o território do Império Romano.

Como Outros do Império, eram vistos como inimigos e rebaixados política e filosoficamente em sua humanidade. Já em sua fase cristã, classificava-se como pagãos todos aqueles que fugiam dos dogmas preconizados pela Igreja. Tal dinâmica pode inclusive ser constatada nas visões deterministas de ciência, que classificaram como degenerados e primitivos os humanos que se distanciavam do ideal de progresso europeu, principalmente as populações coloniais da América, da África e da Ásia (MIGNOLO, 2005).

Tal diferença se dava essencialmente na esfera cultural e religiosa, vindo a se tornar especificamente biológica somente após o século XVIII, com o advento das ciências positivistas. Desta vez, incorporadas nas ciências que tentavam justificar a dominação europeia, partiram do pressuposto da existência de raças inferiores e superiores para pensar a diversidade da vida humana (LÉVI-STRAUSS, 2013).

A partir do século XVIII, a desigualdade política ganha ares de ciência e, a despeito da existência de teorias de bases iluministas que encabeçaram a Revolução Francesa e defendem a existência de uma sociedade por meio de valores como liberdade, igualdade e fraternidade, será este ideário filosófico que concederá às ciências a chancela da inferioridade de outros povos por meio de suas teorias raciais.

Assim, por mais universal que o sujeito desse referencial pretendesse ser, um Outro do europeu foi inventado e, nesse processo, subjugar-se todas as diferenças a um único eixo de valoração política da vida. Mais do que nunca, o sujeito do conhecimento e da política tinha marcas sociais nada universais: era branco, patriarcal e proprietário exclusivo do lugar da referência central, a partir do qual o olhar eurocentrado fora criado. No que se refere às teorias raciais pseudocientíficas, pode-se afirmar que elas contribuíram para instaurar estereótipos raciais nas esferas sociais, políticas, econômicas e artísticas (SANTOS, 2022).

Building the way

Por essa razão, é importante saber como as teorias raciais fundamentaram a base dos estereótipos que perpetuam até hoje no caso das populações não brancas, tais como: degeneradas, primitivas, promíscuas, criminosas e inferiores, e que afetaram diretamente nas produções literárias destinadas ao público infantil. Tendo isso em vista, neste artigo objetiva-se desenvolver, inicialmente, um breve histórico da racialização das diferenças corporais para, em seguida, pensar nos lugares da literatura afro-brasileira para a infância negra. Quanto a nossa metodologia, fizemos nosso levantamento bibliográfico a partir dos principais escritos divulgados em torno dos descritores “infância negra”, “infância” e “negritude”, com particular atenção às obras literárias, que foram selecionadas por conta de sua relevância social.

A racialização da diferença: breve histórico

O saber sobre as raças constituiu uma tentativa de comprovação da inferioridade, da dominação e até mesmo da eliminação das supostas raças inferiores. O termo “eugenia”, criado por Francis Galton em 1883, cujo significado seria *eu* (boa) e *genus* (geração), considera a capacidade humana como estando diretamente ligada à hereditariedade. Ela se constituiu como um movimento científico social que aplicou diversas formas de disciplina, como controle da produção de nascimentos desejáveis, promoção do casamento entre determinados grupos, promoção do embranquecimento da raça, proibição de relacionamentos que poderiam ser considerados perigosos para o progresso da sociedade com vistas a eliminar problemas sociais futuros (SCHWARCZ, 1993).

O medo da ascensão do negro na sociedade após a assinatura da Lei Áurea gerou medidas como embranquecimento e intensificação da migração europeia. As aparências do regime mudaram, mas as relações sociais permaneceram as mesmas. O negro era tido como livre, mas a falta de assistência aos negros após a abolição fez com que sua cor ainda indicasse a quem se destinavam as piores condições de moradia, os piores salários, uma educação precária, discriminação, racismo e estereótipos (BORGES, 2018).

No século XIX o positivismo, darwinismo e o evolucionismo social ganhavam destaque e movimentavam o pensamento político, econômico e as grandes redes de comunicação através da divulgação do conhecimento científico. Conceitos

Building the way

formulados por intelectuais europeus ganharam grande repercussão e justificavam as hierarquias através de uma lógica biológica e seu caráter científico. A raça passou a ser discutida incansavelmente em obras que previam um futuro trágico ao Brasil pois a responsabilidade da condição nacional devia-se ao cruzamento entre raças inferiores.

O final da escravidão gerou um apagamento proposital, uma amnésia em relação ao passado. Para o Brasil avançar, era preciso esquecer do regime escravocrata. Como não era possível frear a miscigenação, ela passou a ser considerada como uma característica intrínseca ao Brasil, como se o processo de miscigenação brasileiro não tivesse sido embasado na violência sexual. Foi necessário enxergar a miscigenação como uma fusão harmônica entre os povos, ideia que mais a frente seria chamada de Democracia Racial, conceito que se perpetua até hoje e propaga que vivemos em um país sem exclusão e preconceito. O Brasil deste momento buscou meios de afirmar a inferioridade dos mestiços e usavam da miscigenação como um meio para fabricar uma população branca futura.

Nina Rodrigues, famoso médico e adepto das teorias raciais descrevia os negros como sendo pertencentes a uma raça inferior e tinham características que seriam mais propensas à criminalização, levando assim a um aumento da responsabilidade penal em relação a negros e mestiços já que eles seriam delinquentes por natureza e incentivava que deveria existir uma abordagem policial diferenciada. Ademais, Rodrigues acreditava na ideia de maior imputabilidade de certas raças; de umas, esperava-se responsabilidade pelos próprios atos, de outras, não era possível cobrar o que não possuíam, sendo assim necessário a criação de códigos penais distintos, que permitissem estabelecer penas e responsabilidades diferentes (SKIDMORE, 1976).

Embora hoje as ideias de Rodrigues soem absurdas pela parcela progressista da sociedade, elas ainda descrevem um quadro que pode ainda persistir em nossa sociedade, visto, por exemplo, que nossa população carcerária representa 64% dos negros privados de liberdade. Além do fato de a população negra corresponder ao maior número de vítimas de bala perdida e sobretudo são compõem o grupo de pessoas que são mortos primeiro, e depois abrem-se investigações para descobrir o que ocorreu (BORGES, 2018).

Building the way

Se nos finais do século XIX e XX tivemos diversas teorias que declararam o fim da nação ou a necessidade do branqueamento da nação, foi nos anos 1930 que definitivamente o mestiço transformou-se em um ícone nacional, um símbolo da nossa população, de onde o sincretismo cultural existente teria gerado uma população mestiça que daria forma a nossa identidade. Nesse momento, elementos como samba, futebol, capoeira, comida e candomblé são exaltados em fusão com outras culturas do país e um mito de Estado surge, alavancadas pela ideia de Democracia Racial difundida em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1969).

À despeito do contexto de miscigenação racista e eugenista que ora criticamos, Freyre (1969) é pioneiro em trazer informações históricas sobre a constituição da identidade brasileira que não só resgatam dados valiosos sobre os hábitos de mestiçagem, como também concede um tom de clara positividade a ela. Segundo o autor, a prática das mestiçagens no Brasil, anteriormente ao período do ideário eugenista, foi feita de forma pacífica, cessando com um enviesamento discursivo que somente olhava para a violência, o estupro, a privação de comida, o castigo, entre outros

Na esteira dessa guinada crítica, outros teóricos lutaram em nome da desconstrução das teorias que geram quadros de racismo velado e explícito. Se a antropologia do passado, sobretudo de matriz evolucionista, foi considerada a filha favorita do imperialismo, a partir da década de 1920, haverá uma torção crítica iniciada pela vertente culturalista que seguirá com o debate de positividade da diversidade racial. Lévi-Strauss (2013), importante pensador da matriz estruturalista, exprime em seu texto *Raça e História* que o problema da antropologia pregressa consistiu em misturar a noção puramente da raça invés de considerar que o que diferencia uma sociedade da outra é justamente o fato de as produções sociológicas e culturais serem distintas em cada sociedade.

Do ponto de vista sociológico, as raças são definidas como construções sociais. Embora raça não se sustente como constructo biológico, ela ainda encontra relevância enquanto um conceito socialmente construído pelo imaginário social e político, em que as relações são demarcadas por diferenças nas relações interpessoais. Como explica Hall (2003):

Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de

Building the way

exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p. 69)

Como prática social e discurso voltado para sua realidade, a raça é ressignificada pelos sujeitos e a ideia de raça é politizada de maneira positiva. Enquanto maneira europeia de classificar o outro dentro de um ideário biológico, opta-se inclusive pelo termo “racialização” para melhor esclarecer seu caráter profundamente cultural e, acima de tudo, classificatório. Dessa forma, o conceito de raça torna-se porta de uma emancipação pessoal e da sociedade promovendo a possibilidade de mudança das relações raciais.

O movimento negro passa a questionar a própria história do Brasil e da população negra, quem escreve essa história e a quem ela é dirigida. Constroem novos instrumentos teóricos e políticos que visam explicar como o racismo afeta não apenas de forma individual, mas de forma coletiva na sociedade. O principal objetivo é justamente demonstrar como as raças operam sob os contextos de relações de poder, rompendo visões negativas e naturalizadas sobre a população negra.

Ainda nessa problemática, pode-se dizer que o olhar do branco sobre o negro estabeleceu seus valores e interviu na vida da população negra, mudando assim as relações existentes nas culturas. Em meio disso, o negro para ser aceito acabou criando assim uma “máscara branca”, como Fanon (2008) cita em seu livro *Peles negras, máscaras brancas*, em que para o negro se enquadrar, tenta também se encaixar em moldes europeus. Para alcançar o santuário branco divino, incorpora seus valores e vive numa realidade onde tenta projetar uma vida branca e sepultar o seu passado negro.

No documentário “ORÍ”, Beatriz Nascimento descreve que o corpo negro na diáspora se define pela experiência da transmigração, da África para a América, da Senzala para o Quilombo, do Nordeste para o Sudeste, do campo para a cidade. O que impulsiona a mobilidade desses indivíduos não são novas tecnologias e transportes, mas a diáspora como um tráfico forçado, as transformações sócio-históricas e a procura por melhores condições de vida, dignas de sobrevivência que provocam deslocamentos coletivos.

Building the way

Deslocamentos que trazem em si a perda de imagem, mas também a redefinição. Esse corpo negro que “transmigra” e resiste à dominação imposta é um corpo agente, ativo e transformador. O corpo negro tenta encontrar referências, imagens perdidas ou forjar novas. ORI é explicado como um encontro, uma nova etapa da vida, que tem passado, presente e futuro conectados, é um rompimento com a imagem dominante passada, uma metáfora que para Nascimento pode ser o repensar da identidade pessoal e coletiva, do negro e do povo negro; é o espaço apropriado pelo negro numa relação de poder, abrindo espaço ao movimento (RATTS, 2006).

Para Duarte (2010), o movimento negro enseja mudanças através do revisionismo da história, sendo essencial no campo de literatura, campo bastante influenciado dos ideais de branquitude, de forma a desafiar a proliferação de estereótipos raciais. Para tanto, tentativas de superação da cultural colonial são necessárias e cruciais, de forma que exista então uma reconceitualização de uma narrativa que foi narrada pelo olhar branco e fez com que a narrativa dos dissonantes fosse silenciada. O movimento negro cria assim a possibilidade de eliminar o perigo da história única, branca, ressentida, subalternizada, por meio da qual o negro sempre é caracterizado pelo seu grupo biológico e arraigado de estereótipos.

O revisionismo da história branca do povo negro no Brasil e no mundo é uma frente igualmente importante dessa guinada. Constantemente a história contada nas escolas é representada pela ótica do colonizador, na qual a única capaz de derrubar a escravidão foi Princesa Isabel. A participação política do negro e sua luta é frequentemente tornada secundária nos livros, em revoltas como Cabanagem, Conjuração Baiana e até mesmo Guerra dos Farrapos tiveram a contribuição do negro em busca de sua liberdade.

Fanon (2008) demonstra que a luta contra a opressão colonial deve abranger a totalidade das condições em que a opressão se manifesta, considerando fatores psicológicos, contexto histórico, sistema político e econômico. Para Fanon (2008), a luta não deveria parar na libertação das nações, mas deve contribuir com a libertação dos povos e do pensamento regente. É preciso descolonizar as nações e também as pessoas que fazem parte desse sistema: é preciso descolonizar os imaginários e criar novos, modificar o ser no mundo e transformar os agentes da história. Rompendo com esse modelo o negro exerceria uma prática política na qual

Building the way

seria o meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência e de marcar o seu lugar no mundo. O negro passaria então a construir um novo corpo, um novo rosto com feições próprias, com seus próprios valores e interesses.

A infância negra na literatura infanto-juvenil

44

A literatura, como toda a arte, traz consigo expressões do pensamento vigente a época, o que inclui teorias raciais e rastros de branquitude. A história da literatura voltada ao público infantil e juvenil se inicia propriamente com o conceito de infância por volta do século XVII. Até o momento a figura da criança era apenas reconhecida como a miniatura de um adulto. Com a ascensão da burguesia nesse período, a infância passa a ser considerada não apenas uma faixa etária diferenciada, mas também um período que necessita da valorização da criança e consideração de suas necessidades próprias e particularidades. A criança ganha uma nova posição e interesse de investimento justamente com o intuito de transmitir os novos valores da família padrão burguesa (ROSEMBERG, 1985).

De acordo com Lajolo & Zilberman (2007), na Europa esse gênero literário vem atrelado à consolidação da burguesa, como antes citado, da economia capitalista e de um modo de vida centrado na família. Neste cenário duas instituições passam a ser fundamentais, a família e a escola, pois a criança passa a ter um novo papel na sociedade. A criança é vista como frágil e dependente e precisa ser preparada para a vida na sociedade, a escola passa então a se tornar este mediador. Assim, a literatura infantil assume, desde o início, a condição de mercadoria, consequentemente atrelada à educação, visto que para se adquirir livros é necessário que a criança possa lê-los.

As primeiras publicações brasileiras voltadas para o público infantil e juvenil tiveram grandes influências europeias, sendo as narrativas adaptadas à linguagem brasileira e com valores europeus. Foi com o processo de nacionalização e com o processo de abolição da escravidão que se iniciam programas voltados para o desenvolvimento da imprensa e publicação de livros, inclusive livros voltados ao público infantil. As produções literárias cresceram em conjunto com o crescimento das cidades, da ascensão de uma burguesia e de novos imigrantes. Os autores nacionais precisaram de adaptar a esta nova paisagem. “A literatura infantil, por sua vez,

Building the way

adequa-se a esse quadro apresentado, social, político, econômico e familiar, através do seu cunho eminentemente pedagógico” (SILVA & SILVA, 2011, p.3).

Zilberman (2003) complementa:

É no âmbito da ascensão de um pensamento burguês e familista que surge a literatura infantil brasileira, repetindo-se aqui o processo ocorrido na Europa um século antes, e como no Velho Mundo, o texto literário preenche uma função pedagógica, associando-se muitas vezes à própria escola, seja por semelhança (convertendo-se no livro didático empregado em sala de aula) ou contigüidade (o livro de ficção que exerce em casa a missão do professor, como nas narrativas de cunho histórico de Viriato Correia e Érico Veríssimo, ou informativo, em Monteiro Lobato) (ZILBERMAN, 2003, p.207).

O que existia eram preocupações relacionadas ao status burguês e a manutenção do mesmo com uma visão moralista e excludente, cujo filhos de uma família bem instruída teriam livros e escolas que reforçasse o padrão europeu de valores, organização e sucesso. Em nenhum momento a criança negra é citada e pensada. Assim como as crianças pobres, tanto mulatas quanto brancas, só a partir do século XX elas ganharão voz literária com novos modelos de representações e novas identidades culturais de classe, gênero, raça e nacionalidade (SILVA & SILVA, 2011).

Tal fato fez com que a literatura infanto-juvenil do início do século passado se constituísse como um acervo de preconceitos contra o qual artistas negros se voltaram para pensar relações e representações mais positivas e potentes. Se destacando como um marco na literatura afro-brasileira por se voltar para o público infantil trazendo olhares positivos e construtivos para o desenvolvimento de uma noção positiva de identidade para as crianças negras.

Quando voltamos para a literatura infantil, é possível perceber os resquícios de uma cultura racista em algumas obras. Entre 1920 e 1930 o negro seguiu praticamente ausente na literatura infantil do país. Quando representado, seus papéis se davam na cena doméstica, serviçal ou remetente ao período escravocrata. Frequentemente, o personagem era mudo ou de poucas falas, cujo foco relatado era de uma caracterização de referência racial (GOUVÊA, 2005).

Aparecendo de modo mais significativo ao final dos anos 1930, os personagens negros eram representados de forma nada positiva: subalternos, analfabetos e de uma cultura avaliada como inferior. Nesse período, características

Building the way

eram colocadas no imaginário coletivo e partilhadas como identidade desse grupo: feiura, violência, inferioridade, preguiça, sujeira e pobreza (OLIVEIRA, 2003). Não apenas as características relatadas demonstram a imagem negativa do negro, mas as ilustrações também servem de suporte para a imagem estereotipada e depreciativa dos negros nos livros infantis e juvenis, uma vez que “[...] o branco, enquanto personagem, recebe uma elaboração maior que o não branco” (ROSEMBERG, 1985, p. 84).

Como um dos exemplos de representação da mulher negra na literatura, temos Tia Nastácia, famosa personagem do mundo infanto-juvenil. Representada por Monteiro Lobato, Nastácia também era representada com os valores partilhados de uma cultura machista e racista. Lajolo (2014) destaca que ela: “desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, [...] apesar de suas breves mas muito significativas incursões pela sala e varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social” (2014, p. 23). No livro *Histórias da Tia Nastácia* (1957), podemos observar a discriminação da personagem Emília em relação a população negra e Nastácia:

Pois cá comigo - disse Emília- só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras - coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto! - Bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora! - Emília, Emília! - ralhou Dona Benta. A boneca botou-lhe a língua (LOBATO, 1957, p.132)

Nastácia representa o estereótipo da empregada nas antigas casas de fazenda. Negra, dedicada, cozinheira, de baixa instrução, solteira, vista como membro da família. Podemos comparar esse estereótipo com o da *mammy*: mulheres negras bravas, reclusas em suas atividades familiares, mas quase que incondicionalmente amorosas de tudo o que ou quem as submete. Geralmente essas mulheres são caracterizadas por uma intensa dedicação e gratidão às figuras brancas. A figura de Nastácia serve como um retrato do momento histórico, em que a convivência racial pacífica e harmônica apenas ocorria por meio de subordinação hierárquica. Razão pela qual se faz importante compreender quais materiais estão sendo escritos e produzidos para nossas crianças. A partir do momento que a criança assimila em seu

Building the way

mundo simbólico valores, crenças, comportamentos e falas estigmatizadas, favorece-se a crença de que a criança pertence a um grupo denominado como fracassado, formado por pessoas que possuem características inferiores e desqualificadoras (FERREIRA & CAMARGO, 2011).

O racismo leva as crianças a projetarem suas identidades em conflito com a realidade de seu meio familiar. O processo de construção de uma autoestima deve envolver identidade, respeito, positividade e sentir-se sujeito. Porém, não é o que geralmente é exercitado na infância das crianças negras. Os ambientes que as crianças costumam frequentar excluem e negam o direito de pertencimento dessas meninas e passam a ser os mesmos ambientes que determinam as condições de vulnerabilidade da criança negra (NOGUEIRA, 2008).

A prática pode ser vista através do famoso Clark Doll Experiment, de 1939, conduzido por Clark & Clark (2010). Nele, crianças brancas e negras atribuem definições de boa, má, feia e bonita a duas bonecas, também brancas e negras, e somente prevalece a atribuição de características positivas às bonecas brancas por parte de todas as crianças. O efeito do racismo aparece desde a infância, sobretudo sob as crianças negras consideram as bonecas negras mais feias e más, mesmo se identificando visualmente com as mesmas. Ademais, a distorção de imagem pode interferir diretamente na construção de suas características e de personalidade.

O imaginário coletivo insiste em propagar repetitivamente que o negro é o feio, o aculturado, o menos inteligente e o inferior. Uma identidade negativa, que se pauta pela sua diferença em relação ao modelo branco, foi formada sobre sua aparência e é o que pode ser visto nos modelos educacionais. As revistas, novelas, propagandas insistem em trazer a supervalorização da estética eurocêntrica e do corpo branco, acentuando na ausência da identidade da cultura negra. Como crianças negras podem achar positivas suas características se seus corpos não são vistos como ideais e que seus corpos apenas servem para exploração?

Literatura afro-brasileira: expressões afirmativas

Como forma de crítica ao passado retratado, focalizado em repetir estereótipos ou invisibilizar a população negra, tem-se na literatura um importante instrumento que permite que vozes dissonantes possam existir. A literatura afro-

Building the way

brasileira demonstra ser uma grande aliada denunciando explicitamente a discriminação contemporânea. É possível vislumbramos um novo discurso dos escritores com uma nova abordagem, contemplando de forma significativa a história do negro, vindo a contribuir com a formação positiva da identidade da criança negra e da autoestima.

Mais do que ser caracterizada como uma literatura com identidade própria, é uma literatura que ganha voz dentro da própria história ao romper com as ideias eurocêntricas. As obras de autoria afrodescendentes possuem algumas constantes discursivas que se destacam e possuem particularidades que configuram essa leitura e fazem com que sejam um diferencial entre as outras.

Em primeiro lugar, o negro é o tema principal da literatura negra. Segundo Ianni (1988), o negro sob muitos aspectos não é visto como individual, mas como universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura. É uma literatura que trabalha com conteúdo e contextos nos quais os personagens se desenvolvem segundo princípios e fins narrativos complexos e amplos, relacionados no tempo e no espaço com aspectos do indivíduo, da família, da cultura e dos povos negros.

Em segundo lugar, nessa perspectiva, a autoria deve ser compreendida não apenas como um dado exterior, mas como uma condição discursiva traduzida integrada à materialidade da construção literária. A crítica machadiana, por exemplo, está ligada a denúncia; em nenhuma página de suas obras encontramos referências favoráveis à escravidão ou de visões de inferioridade dos negros e mestiços, mas o sarcasmo e a ironia com que trata o senhor colonial. Apesar de ter sido representado como um escritor branco, através do clareamento de sua pele nos quadros, Machado de Assis escapa ao papel normalmente destinado aos homens livres na ordem escravocrata, isto é, de defensor das ideais racistas, proveniente das elites senhoriais. A literatura é discursividade e a cor de pele é importante enquanto tradução textual de uma história coletiva e/ou individual:

[...] a instância da autoria é das mais controversas, pois implica a consideração de fatores biográficos ou fenotípicos implica a consideração de fatores biográficos ou fenotípicos, com todas as dificuldades daí decorrentes e, ainda, a defesa feita por alguns estudiosos de uma literatura afro-brasileira de autoria branca. No primeiro caso, há que atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão afro-brasileiro, a fim de abarcar as identidades compósitas

Building the way

oriundas do processo miscigenador. No segundo, corre-se o risco de reduzir essa produção ao negrismo, entendido como utilização, por quem quer que seja, de assuntos atinentes aos negros. Superando-se o reducionismo temático e vendo-se a questão de outra perspectiva, pode-se, por exemplo, reler Castro Alves e concluir que, apesar do epíteto de “poeta dos escravos”, sua obra não se enquadra na literatura afro-brasileira (DUARTE, 2010, p.124-125).

49 Outra importante característica é o ponto de vista. A autoria está intimamente ligada a ela. O ponto de vista adotado diz não apenas da visão de mundo autoral, mas também um conjunto de valores morais e ideológicos, carrega consigo até mesmo os vocabulários presentes na representação (DUARTE, 2010). A exemplo disso, temos Maria Firmina dos Reis que, em seu romance *Úrsula, de 1857*, (2007), fala sobre Mãe Suzana, que teria sido uma velha cativa escravizada pelos “bárbaros e traficantes europeus” e o “cemitério” seria o cotidiano vivido dentro do porão do navio negreiro. Numa época em que sequer se concedia o status de seres humanos aos negros, o romance, a escrita e afrodescendência da autora soam como uma denúncia das representações literárias do negro naquela época.

O ponto de vista afro-brasileiro pode ser exemplificado a partir de um dos manifestos publicados no *Cadernos Negros*, importante caderno com poemas e contos que traz a vinculação entre literatura e história que consagra o verso e a poesia negra como meios de expressão negra e instrumento retórico e político de uma consciência ética (DUARTE, 2010):

Estamos no limiar de um novo tempo. Tempo de África, vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos arrancando as máscaras brancas, pondo fim à imitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte. Estamos limpando nosso espírito das idéias que nos enfraquecem e que só servem aos que querem nos dominar e explorar. (*Cadernos Negros 1*, 1978 apud DUARTE, 2010)

Essa vinculação entre literatura e história consagra o verso e a prosa como meios de expressão negra e, nesse sentido, também como instrumento retórico e político de uma consciência étnica e cultura. A linguagem é um dos outros elementos constituintes da literatura afro-brasileira, a partir de um vocabulário pertencente as práticas linguísticas oriundas da África e de práticas culturais representadas. Tal discursividade ressalta ritmos, entonações e uma semântica própria, empenhada na ressignificação de sentidos hegemônicos na língua. Termos antes vistos como

Building the way

pejorativo como “mulata”, “negro”, “crioulo”, “preto” são usados como forma de ressignificação, ou seja, “nesse contexto, o discurso afrodescendente busca a ruptura com os contratos de fala e escrita ditados pelo mundo branco” (DUARTE, 2010, p.131). No que se refere à linguagem, a escrita que rompe com a reprodução do discurso dominante gera uma fala de sentido político, como afirma Evaristo (2007):

Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere as “normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2007, p. 21).

O último aspecto remete ao público. É necessário fazer com que o leitor tome contato com a diversidade presente dessa produção, mas também com novos modelos identitários e fazer com que o leitor possa refletir sobre questões de preconceito e discriminação. O sujeito que escreve visa não apenas atingir uma determinada população, mas também deve ser compreendido como um porta-voz da comunidade. Isso reflete na reversão aos valores impostos e o combate a representações estereotipadas, usando elementos que enfatizem o papel social da literatura na construção de identidade e autoestima (DUARTE, 2010). Sendo assim, podemos concluir que:

A literatura de autoria afrodescendente, que hoje se afirma cada vez mais, se caracteriza pela positividade do ser negro, de ser homem negro ou mulher negra; de se reconhecer em nosso cenário social a cultura de seus ancestrais e vê-la como parte formadora da nossa sociedade, valorizando-a como elemento cultural, denunciando de forma explicitamente militante a discriminação contemporânea. (DUARTE, 2013, p. 152).

Seja enquanto um importante campo de disputas de narrativas, seja enquanto um instrumento ativo de reconstrução de identidades, a literatura afro-brasileira segue cada vez mais potencializando seus agentes, conquistando seu espaço de importância e, acima de tudo, nos encantando com histórias de força.

Considerações finais: escrevivência

Building the way

Pensando na literatura infanto-juvenil como uma grande ferramenta capaz de fazer com que a criança compreenda o mundo em que está inserida, despertar sua imaginação e expressar seus sentimentos, entendemos que é de grande importância pensar à fundo nas representações dos personagens negros na literatura. Sabendo que em nossa sociedade são evidenciadas diversas formas de preconceito e discriminação, acreditamos que os livros infanto-juvenis são capazes de expor uma maneira positiva e saudável de representar justamente a população negra.

No caso das mulheres negras, que sofrem uma opressão dupla de gênero e raça, a literatura afro-brasileira permite com que escrevam sobre seu próprio ponto de vista e repensem em como representar meninas e mulheres sem contribuir com os estereótipos que visam difamar a população. Evaristo (2010) chama isso de “escrevivência”, conceito criado pela mesma, mas remete a um movimento que foi criado há 100 anos atrás com o movimento negro que usa da literatura para exprimir suas vivências e de seu povo que sofrem uma opressão em comum.

As imagens na literatura infantil ou infanto-juvenil, contribuem com inspirações valiosas e elementos importantes para o leitor. Nunes & Gomes (2018) afirmam que as ilustrações são elementos enriquecedores de obras que tanto atraem pelo artifício da beleza quanto ajudam a narrar a história pelo prisma visual, constituindo-se como categoria fundamental na compreensão e construção de obras literárias.

Considerando a quem essa modalidade de leitura se destina, o público infanto-juvenil, as ilustrações podem ser de grande valia na significação imagética das mensagens, da profundidade psicológica e cultural das personagens e, sobretudo, na apreensão pessoal do conteúdo para a própria vida do sujeito leitor. Nas palavras de Nunes e Gomes (2018, p. 2): “Na literatura infantil, deve haver uma forte harmonia entre as linguagens escrita e de imagens, que não se devem sobrepor uma à outra, mas dialogar, favorecendo a completa compreensão do texto literário pelo pequeno leitor”.

Em tempos de intolerância, violência policial e profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, principalmente da educação, as escrevivências se destacam como uma das estratégias centrais na organização de vida da comunidade negra, mostrando sua voz e escrita como forma de resistência. Sendo possível abordar o negro não como objeto passivo da pesquisa ou da sua

Building the way

própria história, mas como potência artística, com características reais e honestas, por meio de uma escrita emancipatória e evidenciando-os como protagonistas de suas (nossas) próprias histórias.

REFERÊNCIAS

BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

CLARK, Kenneth; CLARK, Mamie (1939). "The development of consciousness of self and the emergence of racial identification in Negro preschool children". *Journal of Social Psychology*. **10** (4): 591–599, 2010. doi:10.1080/00224545.1939.9713394.
DUARTE, Eduardo Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: *Terceira Margem* v. 14, n. 23, p. 113-138, 2010.

_____. *Literatura Afro-Brasileira: abordagens na sala de aula*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007. p. 16-21.

FANON, Frantz. *Pele negra, mascaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do Negro na literatura Infantil brasileira: análise historiográfica. *Rev. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan./ abr. 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n. 15 – junho de 1988. Publicação do CEAA da Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro: 1988, p. 208-217.

LAJOLO, Marisa. A modernidade em Monteiro Lobato. *Letras de Hoje*, v. 17, n. 3, 9 jul. 2014.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática. 2007.

Building the way

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LOBATO, Monteiro. *Histórias de tia Nastácia*. 6ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1957.

MIGNOLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Oxford: Black well, 2005.

NOGUEIRA, Ilsinha Baptista. Entrevista “Ninguém foge da própria história” in: *Os efeitos psicossociais do racismo / [Edição e entrevistas de Fernanda Pompeu]* – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008.

NUNES, Myllena; GOMES, Priscila. A importância de ilustrações na literatura infantil e a necessidade de formações de leitores de imagens. In: *Anais do Enlize VII*, Recife: Editora Realize, 2018.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Negros personagens nas narrativas literárias infantojuvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da UNEB, Salvador, 2003.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 6 ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. *literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

SILVA, Lucina Cunha; SILVA, Katia Gomes de. O negro na literatura infanto juvenil brasileira. *Revista Thema*, vol. 8, número especial, p.1 - 13, 2011.

SANTOS, Neuza Souza. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 2022.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.